

CLIPPING



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS



LOREM IPSUM
DOLOR SIT AMET

ASSESSORIA DE IMPRENSA

imprensa@tce.go.gov.br

www.tce.go.gov.br

3229.3101



TCE empossa hoje nova mesa diretora para biênio 2019/2020

DIVULGAÇÃO



Saulo Mesquita, Celmar Rech e Helder Valin; nova direção do TCE

DA REDAÇÃO

A sessão plenária nesta quarta-feira) será marcada pela cerimônia de posse da nova mesa diretora do Tribunal de Contas do Estado de Goiás. A solenidade confirmará a eleição do conselheiro Celmar Rech para a Presidência do TCE-GO no biênio 2019-2020 e de seus pares Saulo Mesquita como vice-presidente e Helder Valin como corregedor geral.

Não obstante a cerimônia, Rech somente assumirá o posto em definitivo em janeiro de 2019. Por enquanto, o atual vice-presidente da casa atua em conjunto com uma comissão de transição designada para subsidiar a troca de gestão na Corte.

Assim como as demais sessões plenárias, a posse da nova mesa diretora se realizará às 15h00, no Plenário do TCE-GO e será aberta ao público. O Tribunal fica localizado na Avenida Ubirajara Berocan Leite, nº 640, Setor Jaó, Goiânia-GO.

PRESIDENTE

Celmar Rech tomou posse como conselheiro do TCE-GO em

2011, na vaga destinada aos conselheiros substitutos, cargo que ocupou, por concurso público, de 2008 a 2011. Ele foi corregedor-geral na gestão 2015-2016 e vice-presidente em 2017-2018. Gaúcho de São Marcos (RS), Rech é graduado em Economia e Direito, pós-graduado em Direito Público e mestre em Economia do Setor Público.

VICE-PRESIDENTE

Saulo Mesquita foi empossado em agosto de 2013, na vaga destinada ao Ministério Público de Contas. Sua posse como procurador de contas foi no início de 2010, depois de aprovação em concurso público. Mesquita é bacharel em Direito e atuou como juiz no Estado do Tocantins.

CORREGEDOR-GERAL

Helder Valin tomou posse como conselheiro em 2014, em uma das vagas destinadas à Assembleia Legislativa do Estado. Foi vereador de Goiânia em duas legislaturas; eleito deputado estadual para quatro mandatos, presidiu a Alego em dois mandatos (2009/2010 e 2013/2014).



Inaugurado maior complexo de laboratórios do setor público agrícola de Goiás

DA REDAÇÃO

A Agência Goiana de Assistência Técnica, Extensão Rural e Pesquisa Agropecuária (Emater) inaugurou nesta semana o maior complexo de laboratórios de tecnologia para o setor público agrícola de Goiás. O evento foi realizado no setor Chácara Califórnia, ao lado do Campus II da Universidade Federal de Goiás, em Goiânia, onde está situado o complexo. A inauguração contou com a presença de servidores, parceiros e autoridades, entre elas o governador do Estado, José Eliton de Figueiredo Júnior.

O complexo de laboratórios custou R\$ 4,5 milhões e foi construído em 15 meses. Os equipamentos necessários para o desenvolvimento do estudo foram adquiridos por meio de emenda parlamentar da senadora Lúcia Vânia na ordem de R\$ 1,1 milhão.

A estrutura é composta por unidades destinadas a estudos nas áreas de Entomologia e Controle Biológico; Fitopatologia e Sementes; Solos e Resíduos; e Cultura de Tecidos, Biofábrica e Biotecnologia. O complexo conta ainda com uma agroindústria de alimentos para desenvolvimento de projetos da área social.

Nas unidades, serão desenvolvidas tecnologias que têm como objetivo apresentar soluções práticas e diretas para problemas reais enfrentados pelos produtores rurais do Estado. "O objetivo é que os laboratórios sejam espaços para desenvolvimento de tecnologias que os técnicos irão levar para o produtor e adaptar às propriedades rurais", declarou a diretora de Pesquisa Agropecuária da Emater, Maria José Del Peloso.

Além do desenvolvimento de pesquisa, as unidades labora-



toriais prestarão serviços como análise de solo, fornecimento de mudas livres de doenças e identificação de pragas aos produtores goianos. "Os estudos e análises permitirão que o produtor possa ter um direcionamento para controle de doenças e cuidados com sua lavoura", declarou Del Peloso.

CENTRO DE INOVAÇÃO

O complexo de laboratórios

faz parte do novo Centro de Inovação Rural de Goiás, estrutura da Emater que busca modernizar o serviço público de atendimento ao produtor rural goiano. Além das unidades de pesquisa entregues, o espaço contará com um centro de treinamentos totalmente reformado e uma nova unidade central, que devem ser entregues no primeiro e no segundo semestre de 2019, respectivamente.



Dinheiro de corrupção vai para escolas públicas em Goiás

DO MPF

O Ministério Público Federal em Goiás (MPF/GO) assumiu, por meio da assinatura de Termo de Cooperação Técnica (TCT), o compromisso de viabilizar a destinação de verbas recuperadas em ações criminais e de combate à corrupção para a revitalização da rede física das escolas do Estado. O investimento será composto por recursos obtidos em ações cíveis e penais da Justiça Federal em Goiás, incluindo algumas que são desdobramento da Operação Lava Jato. A ação é resultado do Projeto Reeducar e tem como propósito promover a melhoria da infraestrutura educacional nos Estados brasileiros.

Para a procuradora da República Mariane Guimarães, a assinatura do Termo representa um passo importante para melhorar a infraestrutura e a qualidade do ensino público estadual goiano, proporcionando um ambiente escolar adequado para que o aluno se sint

acolhido e estimulado a estudar. O modelo poderá ser replicado pelas escolas públicas municipais, desde que haja interesse dos respectivos secretários municipais de educação em aderir ao TCT. Em contrapartida, as escolas públicas adotarão, em suas grades curriculares, disciplina voltada a promover a integridade, a ética e a educação para a cidadania, voltada à prevenção e o combate à corrupção.

De acordo com o procurador da República Hélio Telho Corrêa Filho, integrante do Núcleo de Combate à Corrupção do MPF/GO, há atualmente cerca de R\$ 80 milhões depositados judicialmente, recuperados por meio de ações cíveis e criminais, que em princípio, a depender de decisão judicial, poderiam ser destinados para a recuperação física das escolas públicas. Ainda segundo Hélio Telho, esse valor pode chegar a mais de R\$ 280 milhões nos próximos sete anos, tendo em vista acordos já cele-

brados no âmbito das ações judiciais. Para o secretário de Educação, Flávio Peixoto, com R\$ 80 milhões já seria possível fazer reparos em aproximadamente 80% das escolas estaduais.

Assinaram o Termo de Cooperação Técnica o procurador-chefe da Procuradoria da República no Estado de Goiás (PR/GO), Ailton Benedito de Souza; a procuradora da República com atuação no Ofício da Educação, Mariane Guimarães de Mello Oliveira; a subprocuradora-geral da República Elizeta Ramos; o procurador-geral de Justiça de Goiás, Benedito Torres Neto; a promotora de Justiça e coordenadora do Centro de Apoio Operacional da Educação, Liana Antunes Vieira Tormin; o secretário da Educação, Flávio Peixoto; o procurador-geral do Estado, João Furtado; o presidente do FNDE, Sílvio Pinheiro; e o procurador-chefe da Procuradoria Federal junto ao FNDE, Diogo Moraes. Como testemu-

nhas, assinaram o documento a procuradora-chefe da Procuradoria Regional da República da 1ª Região, Valquíria Quixadá; o diretor do Foro da Justiça Federal em Goiás, José Godinho Filho e o Presidente do Tribunal de Justiça, Gilberto Marques.

Projeto Reeducar – Proposta pelo Grupo de Trabalho (GT) Educação da 1CCR, a iniciativa surgiu no Rio de Janeiro. O projeto-piloto resultou na assinatura de Termo de Cooperação Técnica que viabilizou a destinação de parte dos recursos recuperados pela Operação Lava Jato no Rio de Janeiro às escolas do estado. O acordo foi assinado em maio.

A partir dessa primeira experiência bem-sucedida, a 1CCR enviou o modelo adotado no Rio de Janeiro para todas as unidades do MPF, com a sugestão para que fossem fechados acordos semelhantes nos demais estados da federação. Goiás é o segundo a aderir ao projeto.



Paz nos incentivos fiscais

Empresários e futuro governador Ronaldo Caiado realizam acordo que trará R\$ 1 bilhão para orçamento do governo; Caiado diz que sensibilidade entre empresários falou mais alto e elogiou atuação da Assembleia



Welliton Carlos

Da editoria de Política

O senador Ronaldo Caiado (DEM), governador eleito em 7 de outubro, costurou ontem um grande acordo do Governo de Goiás, Assembleia Legislativa e empresários que beneficiará o Estado em R\$ 1 bilhão na questão dos incentivos fiscais.

Os empresários aceitaram reduzir seus benefícios oriundos dos programas Produzir e Fomentar em um prazo de 12 meses. "O ponto fundamental é que construímos um entendimento, através da sensibilidade enorme e do compromisso de todo o setor industrial, que vai estender as mãos para Goiás nesta hora difícil. Vai nos ajudar numa mudança de incentivos neste ano de 2019, dando uma margem de R\$ 1 bilhão para que o estado possa ser socorrido neste momento", disse Caiado.

Conforme o governador, o gesto foi conseguido graças ao presidente da Associação Pró-Desenvolvimento Industrial do Estado de Goiás (Adial), deputados estaduais e Federação da Indústria do Estado de Goiás (Fieg). "Além do resultado positivo deste entendimento, ainda temos a certeza de que avançare-



Ronaldo Caiado conversa com deputados de vários partidos no plenário da Assembleia Legislativa: entendimento sobre incentivos fiscais

mos com muitas indústrias que se instalarão em nosso estado".

Caiado elogiou a disposição dos parlamentares goianos, que se dobraram nos últimos dias para analisar a proposta de mudança

dos benefícios fiscais. "Quero dividir com todos os deputados estaduais o resultado que nós obtivemos hoje e a ajuda em um momento delicado que receberemos".

Otávio Lage Filho, presidente da

Adial, afirmou que o diálogo foi o principal motivador do acordo: "Foi na verdade a boa vontade de todos em ajudar a encontrarmos uma solução. Acho que nós, os empresários, temos uma responsabilidade grande

com o Estado. Queremos ver Goiás crescendo, desenvolvendo. E abrimos mão durante 12 meses de parte dos nossos incentivos para que possamos ver o estado dando certo". Lage elogiou os esforços do se-

nador Ronaldo Caiado em buscar o diálogo e compreensão. "Com esse acordo, a maioria das empresas deve fazer ainda mais investimentos, crescer e desenvolver. O mais importante: não estamos quebrando contratos. Estamos ajustando. Estamos em consenso", afirma.

Caiado reiterou que os recursos conquistados com a redução de incentivos em 2019 terão destino certo: "Em um momento delicado como esse nós temos uma alavancagem de R\$ 1 bilhão para dar continuidade a uma situação precária de falta de caixa do Estado, dos problemas com a saúde pública, com a folha de pagamento, com bolsa universitária".

COMPETITIVIDADE

Para Caiado, Goiás manteve a competitividade, consolidou os incentivos e ao mesmo tempo teve a contrapartida fundamental neste momento de crise. "Cada um cedeu um pouco".

O governador eleito disse que o Estado dará sua contrapartida: "Informel aos empresários que vamos fazer uma reforma do Estado, conter despesa, diminuir a máquina, qualificar o atendimento. Este acordo firmado aumenta nossa responsabilidade de mostrar para a sociedade que o Estado não pode ser máquina pesada no bolso do cidadão. Há tem que levar serviços de qualidade e ter tamanho suportável pela população".

Comissão Mista aprova projeto que revê incentivos fiscais

O deputado estadual Lívio Luciano (Podemos), relator da proposta (projeto de lei nº 5070/18) que trata da restituição e revisão de incentivos fiscais, afirma que a tramitação do projeto de lei será ágil, mas dentro do que se estabelece o normal processo legislativo. A proposta apresentada na semana passada terá emendas assim que entrar em plenário, visando adequar aos pontos que foram estabelecidos pelo governador eleito Ronaldo Caiado (DEM) e empresários que utilizam os benefícios dos programas Produzir e Fomentar.

O projeto se encontrava ontem na Comissão Mista e foi aprovado, sendo encaminhado para plenário. "Algumas emendas foram

apresentadas e o líder do governo, por exemplo, fez naturalmente o voto separado, rechaçando quase todas as emendas. Foi incluída uma emenda que não mexe no conteúdo da matéria. Votado lá na Comissão Mista, esse projeto vem para a Assembleia, para o plenário", explica Lívio.

O parlamentar informa que fará no plenário as modificações necessárias. "Afinal na primeira votação podemos alterar o projeto. Propõem então uma emenda no plenário. Essa emenda é o que contempla o que ficou definido entre os empresários e o senador Ronaldo Caiado".

A expectativa de Lívio Luciano é de que esta semana a Assembleia "finalize a matéria e comece a contar o prazo de 15 dias para o

governador (em exercício, José Eliton) sancionar ou vetar".

Após Lívio Luciano apresentar a emenda em plenário, a proposição retornará para a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), a mais importante da Assembleia, pois realiza o saneamento da matéria em busca de qualquer inconstitucionalidade.

A proposta em seguida retornará ao plenário para finalizar a votação. Em 24 horas após a primeira votação, os deputados voltam a discutir a matéria.

Os parlamentares acreditam que até amanhã, 6, já tenha sido finalizada a tramitação do projeto de lei nº 5070/18 na Assembleia.

DEFESA

Ontem, durante a apresentação

da matéria, os deputados se manifestaram em defesa da convalidação. A defesa da redução de créditos outorgados de ICMS teve início ainda em 2017 quando o próprio Governo de Goiás quanto o Tribunal de Contas do Estado (TCE-GO) identificou um cenário prejudicial para o orçamento público.

Goiás é o Estado com a maior renúncia fiscal do Brasil, conforme levantamento da corte de contas e do próprio Sindicato de Funcionários do Fisco do Estado de Goiás (Sinfisco). O deputado estadual Lincoln Tejada (PROS) disse que os empresários não podem usar os benefícios "ad eternum": "Empresas com 20, 30 anos gozando desses benefícios. Na condição em que nosso Estado se encontra, isso está certo?".

Justiça fiscal diante do cenário de crise

O deputado Lívio Luciano (Podemos) afirmou ontem que a principal ideia da emenda ao projeto de lei encaminhado pelo governador José Eliton diz respeito a fazer justiça e adequar os benefícios à situação atual do Estado de Goiás: "Estamos fazendo justiça ao fazer o ajuste, ainda mais quando envolve renúncia de receita".

Lívio Luciano defende os incentivos, mas reconhece que pontualmente algumas empresas não mereciam a oportunidade: "Ganham dinheiro com o crédito do Governo, e não com a atividade produtiva".

Focando no projeto dos incentivos, Lívio lembrou que os empresários fizeram as reivindicações, mas que na reunião foi reforçada a importância de que os ajustes, sugeridos por Caiado

e apresentado em forma de substitutivo ao projeto do governador José Eliton (PSDB), sejam feitos.

O parlamentar confirmou que este é o momento de resolver a situação e que, por isso, para tentar amenizar os ânimos entre o que deseja o governador Caiado e os empresários, irá apresentar uma "emenda cola", para que o Estado continue competitivo.

Segundo Lívio, essa emenda permite com que Goiás "cole" ou copie, incentivos fiscais de Estados da mesma região que estiverem praticando descontos maiores.

Lívio reforçou que a proposta de reduzir os incentivos foi apresentada por esta recomendação do TCE, mas que o governador "reconhece o quanto esses incentivos são importantes para o estado".



GIRO



Caio Henrique Salgado

caio.salgado@opopular.com.br

POSSE – O conselheiro Celmar Rech assumirá hoje, às 15 horas, a presidência do Tribunal de Contas do Estado (TCE).

Crédito na praça

A lei que regulamenta o programa de recuperação fiscal (Refis) do governo estadual permite o uso de créditos de ICMS de terceiros para o pagamento de parte das dívidas com o Estado. A empresa pode optar pelo pagamento de 40% de seus débitos em dinheiro e usar os papéis, que são vendidos com deságio, para quitar o restante.

Volta pra casa

O governador José Eliton se mudou do Palácio das Esmeraldas e voltou para seu apartamento, no Jardim Goiás. Antecipou a saída a pedido da família. Funcionários da Casa Verde já avisaram ao governador eleito, Ronaldo Caiado, que o terceiro andar, onde ficam as dependências pessoais, já está liberado para possíveis intervenções.

Dívida com OSs

José Eliton teve reunião com a equipe econômica para definir o pagamento da dívida referente aos Itegos. O tucano pretende iniciar os pagamentos a partir da semana que vem.

Redução de incentivos é aprovada em 1ª votação

ASSEMBLEIA Corte de benefícios deve elevar arrecadação do Estado em R\$ 1 bilhão em 2019 e avança após acordo com empresários; setores mais afetados são sucroalcooleiro, farmacêutico e automotivo

Marcos Nunes Carreiro
marcos.carreiro@opopular.com.br

Cristiano Borges

A redução dos incentivos fiscais aprovada ontem na Assembleia Legislativa, que deve aumentar a arrecadação do Estado em R\$ 1 bilhão para 2019, deve afetar principalmente os setores sucroalcooleiro, automotivo e o farmacêutico. A redução dos créditos outorgados para o álcool anidro, por exemplo, usado para misturar à gasolina, deve ser de 20%; sairá dos atuais 60% para 40%.

O setor farmacêutico terá uma redução de cerca de um terço de seus créditos outorgados, enquanto o de indústrias automobilísticas, que hoje são praticamente isentos de impostos se somados os incentivos concedidos pelo programa Fomentar e Produzir com os créditos outorgados, passarão a pagar, em média 5% em taxas.

Um setor que iria sofrer reduções de incentivos na proposta original apresentada à Assembleia e acabou ficando de fora, após as últimas reuniões entre empresários e o governo eleito, foi o de grãos. Arroz, feijão, soja e milho não sofrerão nenhuma modificação em seus índices de benefícios. Nas carnes, um dos poucos segmentos a ter cortes é o do "boi em pé", que terá seus créditos outorgados de 6% para 3%.

As reduções, porém, só valem por um ano. No ano que vem, novas negociações devem ser feitas para analisar a questão. O governador eleito Ronaldo Calado (DEM) diz que o entendimento ajudará o Estado. Segundo ele, o R\$ 1 bilhão de aumento de arrecadação em seu primeiro ano de governo dará "margem para que o Estado possa ser socorrido neste momento".

Na segunda-feira (3), Calado já havia dito que pretende recor-



Governador eleito Ronaldo Calado (DEM) em coletiva de imprensa na Assembleia Legislativa, durante visita à Casa ontem no início da noite

**“
A mudança
de incentivos
dará margem
de R\$1 bilhão
para que o
Estado
possa ser
socorrido”**

Ronaldo Calado (DEM),
governador eleito

rer ao governo federal eleito para que Goiás entre em um programa especial de recuperação fiscal. Porém, não detalhou como isso será feito.

A proposta de redução aprovada ontem em primeira votação foi fruto de acordo firmado momentos antes da sessão na Assembleia por Calado com a Associação Pró-Desenvolvimento Industrial de Goiás (A-Dial). Os empresários estavam insatisfeitos com a proposta anterior, apresentada via substitutivo ao projeto de reinstituição dos benefícios fiscais pelo deputado Lívio Luciano (Podemos).

Após o acordo, o líder do atual

governo, Francisco Oliveira (PSDB), pediu voto em separado na Comissão Mista para rejeitar o substitutivo de Lívio, aprovando o texto original enviado pelo governador José Eliton (PSDB) à Casa. Em uma primeira sessão extraordinária em plenário, Lívio apresentou emenda com texto redigido com a ajuda dos técnicos do setor produtivo e da transição de governo democrata.

Após isso, foram chamadas sessões extraordinárias das comissões Mista e de Constituição e Justiça (CCJ) para aprovar esse e outro projeto do governo que anistia créditos tributários de ICMS instituídos fora do âmbito

do Conselho Nacional de Política Tributária (Confaz). Apenas depois, foi chamada nova sessão extraordinária em plenário para aprovar a proposta em primeira votação.

O projeto segue agora para aprovação final ainda nesta semana, provavelmente na quinta-feira (6), para respeitar o interstício de 24 horas da aprovação anterior. Segundo deputados, existe compromisso por parte do governador José Eliton de sancionar o projeto tão logo chegue a suas mãos. O tucano já havia dito que iria vetar a matéria, se fosse aprovada sem a concordância do setor produtivo.

Área social receberá quase metade dos impostos

Cerca de 40% do R\$ 1 bilhão de aumento da arrecadação alcançado com a redução dos incentivos aprovada ontem na Assembleia Legislativa irá para a área social. Isso ocorre porque, embora nem todos os setores da economia serão afetados pelos cortes, todos eles terão que pagar 15% referente ao valor incentivado para o Fundo de Proteção Social de Goiás (Protege). Impostos devem render aproximadamente R\$ 400 milhões.

Este foi um dos principais pontos de negociação entre o governador eleito Ronaldo Calado (DEM) e sua equipe com os representantes do setor produtivo goiano. Apresentada no texto inicial de Lívio Luciano (Podemos), a proposta recebeu muitas críticas dos empresários, mas acabou sendo acatada por eles. Saem do Protege, por exemplo, os recursos para o Bolsa Universitária, entre outros programas. Porém, a contribuição não se-

rá sempre 15%. Pelo texto aprovado, os empresários pagarão a taxa por seis meses a contar de abril de 2019 – as mudanças só valem depois de contada a noventa; passado o período, o índice será diminuído em um ponto porcentual por mês até que seja zerado. Isto é, a partir de outubro do próximo ano, o índice começa a cair.

AUTOMOTIVO

Um dos setores mais insatis-

feitos com as mudanças feitas foi o das montadoras de veículos. O setor, que é praticamente isento de impostos atualmente, deverá pagar 5% em 2019, fora os 15% do Protege sobre o valor incentivado. O POPULAR já havia mostrado que empresários do setor ameaçaram deixar o Estado se houvesse alguma modificação em seus incentivos.

Pelo apurado, nem todos os empresários das montadoras instaladas em Goiás – cinco –

aceitaram conversar com Calado ontem. O democrata, porém, garante que o acordo salve a maioria das empresas concordando com os termos.

À imprensa, Calado disse que conversou com o presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM), para que Goiás seja incluído no Rota 2030, programa de incentivos do governo federal para a fabricação dos automóveis produzidos no Brasil nos próximos 15 anos.